

Economistas apontam pacto como solução

São Paulo — Espelhando as mesmas contradições do setor produtivo, os economistas de São Paulo também se dividem quanto à possibilidade de uma hiperinflação a curto prazo no País. “O que está faltando é alguém ter a coragem de admitir que já estamos numa hiperinflação”, diz Antônio Carlos Borges, assessor econômico da Federação do Comércio de São Paulo — “Estamos numa recessão leve”, rebate José Paulo Chahade, da Fundação Seade. “Estamos num processo indefinido que tanto pode ir para um lado como para outro”, assinala o professor Antônio Lanza, responsável pela pesquisa sobre atividade industrial para a Fiesp. “O quadro é de estagflação”, arremata o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Roberto Macedo. O consenso entre esse grupo de economistas só ocorre quanto às taxas projetadas de inflação para 88: no ritmo atual, ela ultrapassará 700 por cento.

Segundo o professor Roberto Macedo da Universidade de São Paulo — USP — os economistas há muito tempo têm advertido que numa economia indexada, a aplicação de medidas ortodoxas com cortes do déficit e controle de salários não são capazes de debelar a inflação e têm efeitos recessivos. Para ele, o quadro atual indica que essa situação está se repetindo: “A inflação não cede e até mesmo mostra sinais de agravamento, ao mesmo tempo em que os indicadores de emprego e produção embora não estejam em deterioração, permanecem estagnados. A situação é, portanto, de estagflação”.

De acordo com Macedo, numa situação desse tipo um tratamento heterodoxo seria recomendável, uma vez que o componente inercial da inflação é elevado, mas há outros componentes, com o déficit público, que não estão sob controle. Assim, um choque com congelamento e tablita teria grande probabilidade de fracassar, enquanto um tratamento que juntasse o corte do déficit a um programa heterodoxo seria também forte componente recessivo.

Na mesma linha, Antônio Carlos Borges afirma que a adoção de um choque neste momento provocaria uma desmoralização completa da equipe econômica do Governo, porque as medidas não seriam respeitadas. “A única coisa que aconteceria é que se faria um teorema do choque; cada vez o congelamento teria menor duração”, completa Macedo, afirmando que a economia precisa de algo além do trivial anti-inflacionário.

Os economistas, de uma forma geral, apresentam a mesma saída para o crise: um amplo entendimento nacional, envolvendo patrões, empregados e Governo. José Paulo Chahade explica, porém, que o atual Governo não tem condições de sustentar um pacto, diante de grandes influências do setor político na administração da economia, especialmente por causa das eleições de novembro. “Um ajuste só ocorrerá mesmo em 89, depois da eleição presidencial, quando haverá condições para o novo presidente impor um pacto ou plano” disse.